

# MILITARES

## Apoio às advertências de Leônidas. (São os seus comandados)

A repercussão no Exército das críticas feitas pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves à "minoría radical que procura influir na Constituinte" foi positiva e reforçou a liderança do general. Para os oficiais que analisaram as declarações do ministro, elas refletiram a verdadeira posição da instituição. Para o público interno, a manifestação de Leônidas foi oportuna e será importante para que os constituintes tomem conhecimento do que o Exército brasileiro espera da nova Constituição.

Os militares afirmaram que o ministro já havia definido as posições do Exército a respeito das mais diversas questões em discussão na Constituinte, mas sua manifestação na reunião do Ministério, no Palácio do Planalto, significa que ele falou como porta-voz do Exército, mostrando suas preocupações.

Quais as conseqüências do fortalecimento da liderança do general Leônidas no Exército? Para os mesmos analistas militares, em primeiro lugar as suas manifestações ganham maior legitimidade na medida em que fica mais claro que ele fala pela instituição, que comanda. E, em segundo, passa a ter também melhores condições para manter o próprio Exército sob seu absoluto controle.

Ainda que tenha falado em uma reunião fechada, com a presença do presidente da República, o ministro, de fato, falou também para o público interno, para a oficialidade que está sob seu comando, a partir do momento em que suas declarações foram publicadas pela imprensa.

Se de um lado os próprios ministros militares já demonstraram que consideram válidas as suas manifestações sobre questões políticas (não partidárias, mas no sentido institucional), de outro, têm tomado o cuidado de não fazer declarações que possam ser interpretadas na área política como inoportunas.

As declarações do ministro do Exército não podem ser consideradas inoportunas, segundo os oficiais que as analisaram, não só pelo fato de ele ter falado em recinto fechado, mas também porque o Exército é um dos instrumentos de

sustentação do processo de transição político-institucional.

A transição, para os mesmos oficiais, não foi feita "contra" o Exército, mas "com" o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Os ministros militares sustentaram a transição desde o início. Primeiro, na medida em que não criaram ou estimularam qualquer problema que a dificultasse. Depois, porque tão logo foi iniciada, tomaram a iniciativa de assegurar a estabilidade no que ela dependesse das Forças Armadas.

Os quatro ministros militares já definiram uma posição comum: eles pretendem que a Constituição não seja feita com base em preconceitos menores, mas em função da realidade histórica, das aspirações e dos princípios da sociedade brasileira e das condições do País. Ela não deve ser orientada para uma conjuntura nem refletir ressentimentos; ou sobrecarregar a Nação com novos e pesados encargos financeiros, nem adotar critérios paternalistas, como o de dar a ex-combatentes o direito de admissão no serviço público sem concurso.

Para os militares, a Constituinte deve restaurar a plenitude democrática, levar em conta a importância da prioridade para o social e garantir o equilíbrio entre os três Poderes. E deve, ainda, evitar que o presidente da República tenha reduzido o seu poder a tal ponto que não mais influa e passe a ser um instrumento de desestabilização e não de moderação e estabilidade. Há nas Forças Armadas, segundo os militares que analisaram as declarações do general Leônidas Pires Gonçalves, uma decisão de influir sem necessariamente pressionar. Para eles, o substitutivo de Cabral foi consideravelmente melhor que o anterior, mas não representa ainda o consenso da maioria dos constituintes.

O deputado Ulysses Guimarães também analisou os comentários do ministro do Exército. Para Ulysses, que se reuniu ontem com o presidente da República no Palácio da Alvorada, o general Leônidas Pires Gonçalves não falou em nome do presidente José Sarney, mas apenas externou sua opinião numa reunião ministerial convocada com esse objetivo.



Ulysses: preocupado com o lado tributário.

# CONSTITUINTE

## A emenda do presidente. Contra o parlamentarismo.

Provavelmente amanhã o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, terá concluído a redação de uma emenda presidencialista a ser entregue à Comissão de Sistematização. Para aprová-la, Sant'Anna iniciará negociações com todos os partidos e grupo políticos, tentando reverter a tendência parlamentarista da Constituinte. A estratégia dessa negociação foi acertada pelo presidente José Sarney em reunião no Palácio da Alvorada, sábado, com Sant'Anna, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, o ministro da Casa Civil, Costa Couto, e o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes.

A emenda se baseará no chamado neo-presidencialismo, em que o presidente da República é o chefe do Governo, do Estado e das Forças Armadas, mas há um fortalecimento do Legislativo (o Congresso teria maiores poderes de fiscalização do Executivo). O líder Carlos Sant'Anna já sabe que encontrará resistência de setores do PFL e do PMDB, mais comprometidos com o parlamentarismo. Mas espera convergência com os partidos de oposição, como o PT e o PDT, que lutam pelo presidencialismo. Neste caso, entretanto, há uma divergência notória e fundamental: o Planalto quer cinco anos e a esquerda apenas quatro para o mandato presidencial.

Por seu lado o consultor Saulo Ramos ficou encarregado de elaborar para Sarney um relatório (até amanhã) abordando todos os

aspectos do substitutivo do relator Bernardo Cabral. "Não podemos permitir um clima de radicalização nesse período de transição", disse Saulo Ramos, explicando que Cabral radicaliza na anistia aos militares, na ordem econômica — ao tratar da soberania nacional nas terras de índios e quanto à reforma agrária — e no sistema de governo.

Saulo Ramos citou como solução ideal para a reforma agrária a desapropriação de apenas dois terços das terras quando se tratar de propriedade inexplorada. Para ele, todos os capítulos do substitutivo mereciam "reparos".

Mas o grupo dos "32", liderado pelo senador José Richa, também se reuniu, para analisar a possibilidade de enxugar o texto de Cabral, especialmente quanto às disposições transitórias, esperando reduzi-las de 69 para no máximo 40 artigos. Hoje o grupo volta a se encontrar para definir um texto de consenso que será levado à Comissão de Sistematização.

E o deputado Ulysses Guimarães, que visitou o grupo em meio à reunião de ontem, falou de sua preocupação com a parte tributária da Constituição e a necessidade de criação de mecanismos que garantam a agilidade do Judiciário. Ulysses disse que hoje receberá estudo do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sobre o problema tributário brasileiro que servirá de subsídio à modificações a serem propostas ao substitutivo.

O governo prepara, através do consultor-geral Saulo Ramos, as emendas de seu interesse a serem apresentadas ao substitutivo Bernardo Cabral que deverão ser protocoladas até depois de amanhã, dia 2, data para a qual foi ampliado o prazo, que pelo calendário constituinte estaria vencido ontem à noite.

A palavra do general Leônidas Pires Gonçalves poupou o esperado discurso do presidente Sarney. Sem dúvida que o presidente e seus principais ministros (porque existem os que não privam da absoluta confiança e intimidade do chefe do governo) tomaram conhecimento prévio do discurso-denúncia do titular do Exército, que confessou ter-se entendido sobre o assunto com os demais ministros militares.

O silêncio com que foi ouvido o pronunciamento do general Leônidas e a retração dos participantes até que o presidente encerrasse a reunião ministerial constitui clara demonstração de que os titulares das diversas Pastas e as lideranças absorveram a advertência, comprometendo-se com a unidade do governo e de sua representação parlamentar.

Os comentários no Congresso sobre o discurso do general Leônidas misturavam-se com as notícias relativas à homenagem ao Dia do Soldado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. As observações mais constantes eram as de que lá os militares foram insultados e não homenageados e que sua retirada do plenário em plena cerimônia era

uma reação que obrigava a refletir mais profundamente. Outros lembravam que o posicionamento político fora a causa maior da reunião do Ministério e não o déficit público, até porque, enquanto o governo anunciava sua redução, majorava em 200% (decreto de 23 de julho último) os vencimentos dos funcionários do Tesouro controladores desse déficit.

Alguns parlamentares, inclusive do PMDB, não se conformam com as críticas que consideram uma interferência nas tarefas da Constituinte, cuja soberania defendem, embora outros reconhecessem que o ministro teve razão quando afirmou que não compreendia como o governo, que tem a maioria parlamentar, não fizesse valer seus pontos de vista na Constituinte.

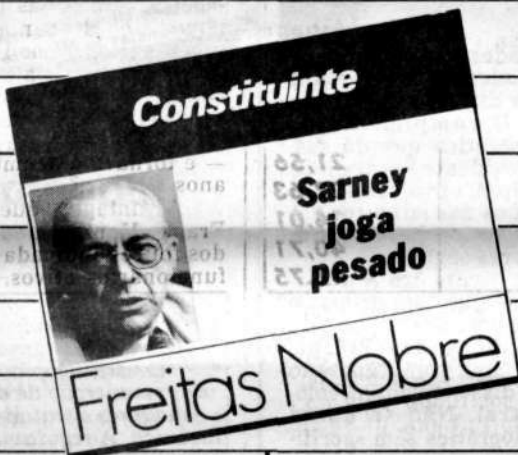
O governo resolveu (conforme aviso do presidente Sarney pessoalmente a Bernardo Cabral na sema-

na passada) tomar a ofensiva. E o ponto de partida foi exatamente a advertência do ministro do Exército, que não poupou, nesse recado, crítico e mordaz, sequer as lideranças da maioria governista, estranhando, segundo suas próprias palavras, que a minoria dominasse a Assembléia Constituinte.

Mas a reação não desestimulou os ministros militares a que dedicassem o fim de semana à análise conjunta do substitutivo do relator Bernardo Cabral relativamente a matérias de seu interesse específico.

O Planalto montou sua estratégia agindo junto às bancadas com a cobertura direta dos governadores.

As emendas preparadas pelo dr. Saulo Ramos, e que estavam sendo revisadas no sábado e domingo pelo presidente Sarney, serão distribuídas através do líder Carlos Sant'Anna entre os parlamentares da maioria. Por certo, o situacionismo quer



testar quem está realmente com o governo, subcrevendo-as, ou quem faz o jogo duplo. E, como essa providência tem que ser executada até depois de amanhã, será esta a oportunidade-chave para que o governo tome providências, demitindo ocupantes de postos federais indicados por constituintes hostis às propostas do Executivo. Aliás, essa medida já vem sendo aplicada, ora nas demissões, ora no retardamento da efetivação de indicações, do que é exemplo o caso do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para a superintendência da Sudene.

Mas, a ação do governo não pára aí. O consultor Saulo Ramos afirmou que em defesa do sistema presidencialista "o governo está disposto a lutar de todas as formas". E não foi outro o aviso do presidente Sarney ao deputado Ulysses Guimarães, no último sábado.

Sabe-se que o presidente, embora julgue que suas propostas serão afinal vitoriosas, já tem uma estratégia para a hipótese de insucesso quanto ao sistema de governo, o período do mandato e a anistia dos militares. E essa estratégia está vinculada ao inciso V do artigo 115 do substitutivo do relator, que inclui como de sua competência, ouvido o Conselho da República, dissolver a Câmara Federal, convocando novas eleições.

Um constituinte que no corrente mês teve oportunidade de conversar diversas vezes e demoradamente com o presidente, embora excluindo qualquer responsabilidade do chefe do governo em sua informação, disse que está convencido de que essa decisão é uma das hipóteses por ele alimentadas.

A votação do substitutivo do relator, no próximo dia 17, na Comissão de Sistematização, vai ser o grande teste, porém não o último, porque ainda resta o plenário que pode surpreender, apesar de sua decantada soberania...